

AGRICULTORES FAMILIARES EM REDES: AS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVISTAS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA SERRA DOS TAPES/RS

DEMAICON SCHMIDT PETER¹; GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – demaicon@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Há quase 30 anos atrás um grupo de aproximadamente quarenta agricultores familiares e extensionistas rurais da Serra dos Tapes embarcaram em um ônibus com o objetivo conhecer a experiência do Centro de Agricultura Ecológica –CAE, no município de Ipê, localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, nos chamados Campos de Cima da Serra. Era o ano de 1995 e, com o estímulo da equipe técnica do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia-CAPA e da Pastoral Rural da Igreja Católica, os agricultores foram convidados a conhecer as experiências de produção, comercialização e vivências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores daquela região.

Após retornarem para a Serra dos Tapes, os agricultores voltaram convencidos da possibilidade de implementar a produção agroecológica nas suas propriedades. A partir desse momento, se desencadeia um intenso processo de discussão e de atividades de capacitação que culminam com a criação e a articulação de vários grupos de produção agroecológica de inúmeras localidades dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, o que resultou na criação da primeira associação de produtores agroecológicos da Serra dos Tapes, a ARPASUL – Associação Regional do Produtores Agroecológicos da Região Sul, que, posteriormente, gestaria a criação da primeira feira agroecológica de Pelotas e da Região Sul do RS. A primeira feira agroecológica da região - a feira ecológica da Avenida Dom Joaquim na cidade de Pelotas- foi um marco da presença da produção agroecológica na Região da Serra dos Tapes, sendo essa atualmente a maior e mais antiga feira ecológica da região.

A agroecologia é uma ciência que se destina a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Para Guzmán (2003), O enfoque agroecológico tem sido traduzido, também, como o manejo ecológico dos recursos naturais ,através de formas de ação coletiva, para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático no âmbito da produção e da circulação.

De forma prática, a agroecologia pode ser entendida como um processo de produção de alimentos numa relação conjunta e permanente com a natureza , tendo-a como exemplo de perfeição na reprodução, aperfeiçoamento e multiplicação da vida, onde os agricultores ao desenvolver suas atividades, possam interagir com a mesma , respeitando seus princípios e incorporando-os nas elaborações tecnológicas, tornando-se menos dependentes , visando não somente o lucro financeiro , mas principalmente a qualidade de vida.

Outro princípio básico da agroecologia é o conceito de segurança e soberania alimentar. Meireles (2004) destaca que são as iniciativas agroecológicas de produção de alimento “limpo” a preservação de sementes e a conservação dos

recursos naturais, são condições básicas para a garantia do acesso de uma alimentação de qualidade a todos os indivíduos. Sendo esse um dos principais problemas para se alcançar a segurança e soberania alimentar.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental, sob a ótica qualitativa, para elaboração de pesquisa exploratória sobre o tema da produção agroecológica na Serra dos Tapes. Em etapa posterior, na pesquisa de campo, serão entrevistados atores envolvidos no processo de produção, comercialização, consumo, assistência técnica e gestão de políticas públicas que tenham relação com a agricultura familiar de base agroecológica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar tem, ao longo de sua história no território brasileiro, tentado se adaptar aos novos tempos, as tecnologias e modelos de vida, porém, mantém a essência da sua existência viva, o amor pela terra. O agricultor familiar adapta suas atividades aos desafios impostos pela conjuntura econômica e política do país, mas, continua a produzir o sustento das famílias e garante o abastecimento de alimentos para o mercado interno, talvez seja esse o seu grande trunfo para permanecer no mundo rural brasileiro.

A importância estrutural do núcleo familiar, que se orienta primordialmente à garantia da reprodução social, traz consigo pelo menos duas decorrências: uma primeira e fundamental é a visão sobre a preservação dos recursos naturais em uma perspectiva, não da próxima colheita, mas da próxima ou próximas gerações. A segunda decorrência é a versatilidade para manejar os recursos agroecológicos disponíveis. Do ponto de vista produtivo, a experiência adquirida em condições muitas vezes limite, confere uma garantia adicional de continuidade de reprodução econômica aos sistemas produtivos de caráter familiar.

Ademais, existe maior controle no processo de trabalho, que permite tratar de processos e cultivos com características genéticas, épocas de plantio, tratamentos culturais, exigências climáticas e edáficas diversas, o que equivale dizer que a produção familiar na agricultura adquiriu uma habilidade nada desprezível para lidar com a complexidade de um sistema produtivo. Num sentido complementar, há mais disponibilidade relativa de mão-de-obra e facilidade na sua alocação em atividades que requerem tratamentos artesanais, como a horticultura e a fruticultura.

Diante do agravamento das condições de vida dos agricultores familiares e do avanço da monocultura na região da Serra dos Tapes as organizações governamentais e não-governamentais começam a intensificar o debate em face de construção de um novo processo produtivo, mais diversificado e que priorizasse a produção de alimento e de alimento com qualidade, nesse momento também começa a se notar um apelo dos consumidores por produtos com maior qualidade e com uma menor carga de agrotóxicos.

Segundo Altieri (1998), Centros Internacionais de Pesquisa em Agricultura, Ministérios da Agricultura, Faculdades de Agronomia e Organizações Não-governamentais, têm participado do desenvolvimento e difusão de técnicas agroecológicas direcionadas para a produção familiar, como por exemplo, a combinação e rotação de culturas, adubação verde, adubação orgânica, defensivos naturais, entre outras.

Na tentativa de preencher as lacunas deixadas pelas instituições públicas, destaca-se o papel que vem sendo desempenhado pelas organizações não-governamentais no que se refere ao desenvolvimento de práticas conservacionistas e à sua difusão entre os produtores familiares.

Em Pelotas, a partir de 1984, a Pastoral Rural (ligada à Diocese da Igreja Católica) começou um trabalho de incentivo à agroecologia junto a Pastoral do Agricultor da Igreja Episcopal Anglicana e ao Centro de Apoio a Produção Agroecológica-CAPA, resultando na organização e criação da Associação Regional do Produtores Agroecológicos da Região Sul -ARPA -Sul. A propriedade do Sr. José Luís Portantiollo, situada na zona rural de Pelotas, foi pioneira na adoção de técnicas da agricultura ecológica. A partir dessa experiência, várias famílias foram aderindo à proposta e, atualmente, participam de atividades compartilhadas pelo trabalho de assessoria e extensão rural desenvolvido pela EMATER e pelo CAPA.

Segundo Salamoni (2000), em seu programa de agricultura ecológica, a Associação Regional do Produtores Agroecológicos da Região Sul -ARPA -Sul tem as seguintes prioridades:

1º) Experimentação: apesar de já existirem pesquisas tratando da agroecologia, especialmente no desenvolvimento de técnicas que utilizem insumos alternativos aos produtos derivados da petroquímica, sabe-se que qualquer tecnologia deve estar adaptada às características de cada região. Diante disso, a ARPA – Sul tem feito convênios e fomentado a troca de experiências com instituições como o Centro de Agricultura Ecológica de Ipê e a Universidade Federal de Pelotas, no sentido de desenvolver tecnologias alternativas que atendam às demandas concretas dos produtores familiares e, ao mesmo tempo, aproveitem os recursos disponíveis na própria região.

2º) Sistematização e Difusão: trata-se da organização das experiências feitas nas “propriedades-referência” a fim de produzir cartilhas técnicas, filmes e cursos que sirvam de apoio nas atividades de difusão junto ao público, especialmente nas comunidades rurais, escolas técnicas agrícolas, assentamentos e nas associações de produtores familiares da região.

3º) Assistência Técnica de Campo: o apoio técnico é dado através de calendários de cursos, palestras, seminários e dias de campo. A equipe técnica envolve profissionais de várias áreas (agrônomos, biólogos, ecólogos, geógrafos, técnicos agrícolas e voluntários), que independentemente da sua formação, devem ter em comum a identidade com o projeto agroecológico.

4º) Comercialização: a experiência tem mostrado que os projetos de agroecologia avançam com mais vigor, quando a comercialização dos produtos ecológicos está garantida, em que pese ser este um dos principais dilemas dos produtores familiares. Constatou-se que os pontos de comércio, como as feiras livres, restaurantes e supermercados começaram a comercializar a produção agroecológica, muitos agricultores buscaram integrar-se à associação – ARPA-Sul.

5º) Agroindustrialização: com a comercialização relativamente organizada, o próximo passo é a agregação de valor aos produtos ecológicos, através da industrialização, na forma de microempresas familiares.

Atualmente, muitas iniciativas e experiências de produção agrícola livre de agrotóxico começam a se disseminar no Brasil, pode-se destacar os sistemas de produção agroecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico e da permacultura. A Lei 10.831/03 propõe a unificação de todos esses conceitos e práticas ancorados no chamado Sistema de Produção Orgânico Brasileiro, o qual define condições para a certificação e para o cadastramento as famílias como produtoras orgânicas. Embora a Lei já tenha quase vinte anos de promulgação a

mesma foi tendo a sua implementação segmentada em vários períodos, devido, principalmente, a dificuldade de atendimento a todas as regras e também pela falta de mecanismos complementares de normatização.

4. CONCLUSÕES

Para finalizar, salienta-se que a produção familiar tem grande potencial para o desenvolvimento da agroecologia, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus valores culturais. Pode-se dizer que, mesmo diante da expansão do processo de modernização da agricultura, persiste um patrimônio cultural camponês, identificável através dos conhecimentos sobre a gestão dos agroecossistemas e da sociabilidade camponesa, expressa nas formas de solidariedade comunitária (ajuda mútua, mutirões, associativismo, etc...) que se estabelecem no momento de superar as dificuldades tanto internas as propriedades rurais familiares, quanto, num plano geral, os problemas da própria comunidade a que os produtores pertencem.

A agroecologia como proposta alternativa para comunidades rurais deve associar os conhecimentos empíricos dos produtores ao conhecimento científico, para que, em conjunto – pesquisadores, técnicos agrícolas e agricultores –, possam desenvolver uma produção com sustentabilidade ecológica (respeito à natureza), econômica (eficiência produtiva) e social (geração de emprego e eficiência distributiva de renda), garantindo a permanência e reprodução social e territorial das famílias.

Faz-se necessária, assim, uma abordagem que torne complementares as ações de pesquisa, extensão rural e as demandas dos produtores. O desafio é aproximar a realidade das instituições de ensino, pesquisa, laboratórios e estações experimentais, órgãos de extensão rural, organizações não-governamentais das condições dos agricultores, contemplando a participação destes nas ações de planejamento e desenvolvimento rural sustentável.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

GUZMÁN, E. S. El marco teórico de la Agroecología. In: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social Agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2006. p. 221-248

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agrícolas: experiências em agroecologia: ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 11- 4, set, 2004.

SALAMONI, G. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.